



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Lacres Instituídos pela Sociedade e Enfrentamentos em Tempos de Exceção

Atena
Editora

Ano 2019

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Lacres Instituídos pela Sociedade e
Enfrentamentos em Tempos de Exceção

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
L146	Lacres instituídos pela sociedade e enfrentamentos em tempos de exceção [recurso eletrônico] / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-565-5 DOI 10.22533/at.ed.655190209 1. Ação social – Brasil. 2. Brasil – Política social. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. CDD 361.610981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Lacres instituídos pela sociedade e enfrentamentos em tempos de exceção, coletânea de vinte e dois capítulos de pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam sociedade e enfrentamentos.

Abordando os conteúdos trazidos nas contribuições que se seguem, temos majoritariamente estudos que abordam a psicologia nas suas múltiplas vertentes de ações na comunidade social, mas também há a questão que se volta para a política de assistência frente ao questionamento de violência e tráfico de drogas. O ambiente escolar, dialogado com a ciência da psicologia, também é abordado, de modo que perpassa pela interação com a psicopedagogia, com a teoria da psicologia educacional, chegando até os desafios da escola na atualidade e a educação especial.

Além das já suscitadas, a presente coletânea congrega também capítulos que versam sobre enfermagem, saúde mental, espaços de acolhimento, terceira idade, comunidades quilombolas, dilemas enfrentados pelo feminino na sociedade das exclusões e prática esportiva.

Tenham ótimas leituras!
Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS IMPLICAÇÕES DO FAZER PSI DIANTE DA ESCOLHA PROFISSIONAL ENTRE ADOLESCENTES DE DIFERENTES CLASSES SOCIAIS	
Adria de Lima Sousa Patrícia da Silva Caldas Pamella Dias da Silva Vanessa da Costa Balieiro Francisca Renilma de Moura Marinho Joana Maria de Souza Lopes	
DOI 10.22533/at.ed.6551902091	
CAPÍTULO 2	6
CLÍNICA E SUBJETIVIDADE: POR UMA NOVA VERSÃO DO DISPOSITIVO PSI	
Ulisses Heckmaier de Paula Cataldo	
DOI 10.22533/at.ed.6551902092	
CAPÍTULO 3	23
A PSICOLOGIA E AS VIOLAÇÕES AOS DIREITOS DE ADOLESCENTES NAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS DE INTERNAÇÃO	
Sidelmar Alves da Silva Kunz Mônica Marques dos Santos Adilson dos Reis Felipe	
DOI 10.22533/at.ed.6551902093	
CAPÍTULO 4	40
A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DEBATE: A VIOLÊNCIA ESTRUTURAL E O TRÁFICO DE DROGAS EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS	
João Vitor Bitencourt Patrícia Krieger Grossi	
DOI 10.22533/at.ed.6551902094	
CAPÍTULO 5	52
O CONTEXTO INSTITUCIONAL PELA ÓTICA DA CRIANÇA	
Monalisa Pereira Furtado Celina Maria Colino Magalhães Agnes de Maria Júnior da Silva Dalízia Amaral Cruz Juliana Oliveira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6551902095	
CAPÍTULO 6	64
PSICOMOTRICIDADE E PSICOPEDAGOGIA: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO	
Ceres Fassarella Carneiro Joan Cristina Rios De Oliveira Isabelle Cerqueira Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6551902096	

CAPÍTULO 7	76
ESTADO DA ARTE DE REFERENCIAIS TEÓRICOS DA PSICOLOGIA EDUCACIONAL: 1990-2016	
Paulo Emilio Gomes Nobre	
Emanuelle das Dores Figueiredo Socorro	
DOI 10.22533/at.ed.6551902097	
CAPÍTULO 8	87
PSICOLOGIA ESCOLAR E PROCESSOS EDUCACIONAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA	
Fabrício Costa Leite Barros	
Maria Aparecida Ferreira Menezes Suassuna	
DOI 10.22533/at.ed.6551902098	
CAPÍTULO 9	91
OS DESAFIOS NA ESCOLA: FORTALECENDO O JOVEM DIANTE DA TRANSIÇÃO ESCOLAR	
Vinícius Nunes dos Santos	
Tatiana Souza de Oliveira	
Adinete Sousa da Costa Mezzalira	
DOI 10.22533/at.ed.6551902099	
CAPÍTULO 10	100
EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS AUTISTAS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO	
Iana Paola Monte Freire	
Karine Lima Verde Peixoto	
Fábia Geisa Amaral Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65519020910	
CAPÍTULO 11	112
QUALIDADE DE SONO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS QUE ESTUDAM PELA MANHÃ E A NOITE DURANTE A SEMANA DE PROVAS	
Thamara Xavier Dias	
Aline Silva Belísio	
DOI 10.22533/at.ed.65519020911	
CAPÍTULO 12	120
ESTAGIÁRIO DE ENFERMAGEM: LUTO POR MORTE VIOLENTA E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSÍQUICAS	
Rosane Albuquerque da Costa	
Isabela Vieira da Silva Santos	
Alisson Soares de Sousa	
Hossana Pereira Eugênio	
Jéssika Koste Sangali	
Lucas Costa Marins Barbosa	
DOI 10.22533/at.ed.65519020912	
CAPÍTULO 13	132
CUIDADOS COM A SAÚDE MENTAL DOS SERVIDORES DO HOSPITAL GERAL PRADO VALADARES EM JEQUIÉ/BA	
Aida Lomanto Couto	
Elzeni Damasceno de Souza	
Tatiane Tavares Reis	
DOI 10.22533/at.ed.65519020913	

CAPÍTULO 14	143
ANÁLISE DAS VISITAS FAMILIARES EM UM ESPAÇO DE ACOLHIMENTO DE BELÉM-PA	
Juliana Oliveira dos Santos Celina Maria Colino Magalhães Agnes de Maria Júnior da Silva Monalisa Pereira Furtado	
DOI 10.22533/at.ed.65519020914	
CAPÍTULO 15	156
O ADEUS AO ABRIGO: NO CURSO DA MAIORIDADE, A REEDIÇÃO DO DESAMPARO	
Natalia Afonso Rubio Rita Aparecida Nicioli Cerioni Eliana Herzberg	
DOI 10.22533/at.ed.65519020915	
CAPÍTULO 16	165
RODAS DE CONVERSA COM IDOSOS: ESPAÇO DE SIGNIFICAÇÕES E DE ENFRENTAMENTOS EM TEMPOS AUSTEROS	
Iris Clemente de Oliveira Bellato Matheus Bassan Alvino Brombim Lopes Amailson Sandro de Barros	
DOI 10.22533/at.ed.65519020916	
CAPÍTULO 17	177
REALIDADE E EXPECTATIVA DA POLÍTICA NACIONAL DE PROMOÇÃO DE SAÚDE PARA PESSOAS IDOSAS QUE VIVEM EM SITUAÇÃO DE RUA	
Carine Magalhães Zanchi de Mattos Patrícia Krieger Grossi Francielli Girard	
DOI 10.22533/at.ed.65519020917	
CAPÍTULO 18	189
COMUNIDADE QUILOMBOLA E SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO: AS MARCAS DA EXCLUSÃO SOCIAL NA SUBJETIVIDADE HUMANA	
Fabrício Costa Leite Barros Orlando Júnior Viana Macêdo Vânia Santana Lacerda Barros	
DOI 10.22533/at.ed.65519020918	
CAPÍTULO 19	193
MISSÃO LAPASSADE-1972: COINCIDÊNCIAS ANALISADORAS	
Marília Novais da Mata Machado Sônia Roedel Heliana de Barros Conde Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.65519020919	
CAPÍTULO 20	205
A MULHER DONA DE CASA BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	
Antonia Danniele Jeska Torres de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65519020920	

CAPÍTULO 21	215
MULHERES E O DIREITO DE <i>ESTAR</i> SÓ: DA LIBERDADE JURÍDICA AO PRECONCEITO SOCIAL	
Aline Podkowa	
Rosângela Angelin	
DOI 10.22533/at.ed.65519020921	
CAPÍTULO 22	227
ANÁLISE DE DADOS SOBRE MOTIVAÇÃO DE PRATICANTES E FREQUENTADORES DE ACADEMIA	
Lucas Augusto Menezes	
Breno Lara Beraldo	
Vitor Miranda de Araujo	
DOI 10.22533/at.ed.65519020922	
SOBRE O ORGANIZADOR	231
ÍNDICE REMISSIVO	232

EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS AUTISTAS NO SISTEMA REGULAR DE ENSINO

Iana Paola Monte Freire

Pedagoga, Pós-graduada em Neuropsicopedagogia Clínica e Institucional, Especialista em Altas Habilidades, Superdotação e Talentos, Educação Especial e Inclusiva.
ianamonteeduc@gmail.com

Karine Lima Verde Peixoto

Bacharel em Serviço Social e Licenciada em História pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), Especialista em Planejamento Educacional (Salgado de Oliveira), Educação Infantil (Universidade Vale do Acaraú) e Gestão da Educação Básica (UFjf), Mestra em Planejamento e Políticas Públicas e Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).
karinelimaverde@yahoo.com.br

Fábia Geisa Amaral Silva

Licenciada em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Especialista em Gestão Escolar (Universidade Estadual Vale do Acaraú), aluna especial do curso de Mestrado Acadêmico em Educação pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).
fabia.geisa2009@gmail.com

RESUMO: O autismo se caracteriza pela presença de um desenvolvimento acentuadamente atípico na interação social e comunicação, assim como pelo repertório marcadamente restrito de atividades e

interesses. Estas características podem levar a um isolamento contínuo da criança e sua família. Entretanto, acredita-se que a inclusão escolar pode proporcionar a essas crianças oportunidades de convivência com outras da mesma faixa etária, constituindo-se num espaço de aprendizagem e de desenvolvimento da competência social. O objetivo deste estudo foi revisar criticamente a literatura a respeito do conceito de competência social e dos estudos atualmente existentes na área de autismo e inclusão escolar. Identificaram-se poucos estudos sobre este tema, os quais apresentam limitações metodológicas. Este panorama aponta para a necessidade de investigações que demonstrem as potencialidades interativas de crianças com autismo e a possibilidade de sua inclusão no ensino regular, desde a educação infantil.

PALAVRAS-CHAVE : Educação Especial. Autismo. Inclusão.

ABSTRACT: The autism if characterizes for the presence of a acentuadamente atypical development in the social interaction and communication, as well as for the marcadamente restricted repertoire of activities and interests. These characteristics can take to a continuous isolation of the child and its family. However, one gives credit that the pertaining to school inclusion can provide to these children chances

of convivência with others of the same etária band, consisting in a space of learning and development of the social ability. The objective of this study was to critically revise literature regarding the concept of social ability and the currently existing studies in the autismo area and pertaining to school inclusion. Few studies had been identified on this subject, which present metodológicas limitations. This panorama points with respect to the necessity of inquiries that demonstrate to the interactive potentialities of children with autismo and the possibility of its inclusion in regular education, since the infantile education.

KEYWORDS: Special education. Autismo. Inclusion.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo trata da aprendizagem e convivência do autismo numa classe de sistema regular de ensino. O interesse pelo tema partiu da prática e conhecimento de professora, que no dia a dia convive com crianças autistas. Ao abordar o tema, “A Educação Especial: uma experiência com crianças autistas no ensino regular” faz-se necessário uma análise teórica da história, passando pelo século XIX, aos nossos dias.

O autismo foi descrito pela primeira vez como “Autismo Infantil Precoce”. Kanner (1944) utilizou o termo para caracterizar a condição clínica de um grupo de 11 crianças que apresentavam limitações no relacionamento com outras pessoas e com objetos, além de desordens no desenvolvimento da linguagem.

O comportamento dessas crianças resumia-se a atos repetitivos e estereotipados, e a maioria, quando falava, apresentava ecolalia e inversão pronominal. Tinham dificuldade em aceitar mudanças de ambiente, além de demonstrar preferência por objetos inanimados. A designação “autismo” se referia aos comportamentos característicos de isolamento e auto-estimulação que essas crianças apresentavam.

Kanner (1944) observou que os pais de crianças autistas eram, em sua maioria, de classe média alta e apresentavam uma atitude indiferente nos cuidados com suas crianças, o que fez com que acreditasse que era o comportamento dos pais que causava a condição autista. Afora isso, havia relativa imprecisão (que permanece ainda hoje) quanto a quais fatores, biológicos e/ou psicológicos, seriam responsáveis pelo quadro autista.

Nesse tocante, as descrições apresentadas no *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), publicado pela Associação Psiquiátrica Americana (APA), são as que mais se aproximam de uma coletânea das características definidoras do autismo.

O DSM apresenta o autismo (Transtorno Autista) como um Distúrbio Global do Desenvolvimento caracterizado por prejuízos comportamentais que são agrupados em três categorias principais: (1) comprometimento da interação social, (2) comprometimento da comunicação, e (3) padrões restritos, repetitivos e estereotipados

de comportamento.

A lista de critérios diagnósticos para o transtorno apresenta quatro critérios para cada uma dessas categorias. Para receber o diagnóstico de Transtorno Autista, o paciente deve reunir pelo menos 6 dentre os 12 critérios, respondendo ao número mínimo de critérios estabelecido para cada categoria, com início dos sintomas anterior aos três anos de idade. As descrições apresentadas por manuais como o DSM têm como já foi sugerido, o objetivo de sistematizar as características do repertório autista, possibilitando, dessa maneira, o diálogo entre diferentes áreas da saúde. Porém, essa sistematização parece limitar o diagnóstico do autismo, ao considerar os “sintomas” como sendo idênticos para todos os indivíduos autistas e como se esses indivíduos fossem membros de um grupo homogêneo.

O autismo, tema central deste artigo, apresenta-se como um transtorno que causa atraso no desenvolvimento da criança e compromete principalmente sua comunicação, socialização, iniciativa, imaginação e criatividade. Este indivíduo com distúrbio global do desenvolvimento só não se desenvolverá para o convívio na sociedade, se esta passar a enxergar a doença como a única realidade deste cidadão.

Para a realização desta pesquisa foram feitas leituras que auxiliaram para o desenvolvimento do presente artigo, estudiosos como, Arruda (2014), Caldeira (2005), Cury (2003), Rodrigues; Spencer (2010), dentre outros.

Como procedimentos metodológicos, utilizar-se-á de entrevistas com 03 (três) professoras da Escola Moacir Ferreira da Silva, situada em Eusébio-Ceará. As entrevistas são realizadas pessoalmente, objetivando saber como cada professora lida com as crianças autistas e como trabalham o desenvolvimento de cada criança com espectro autista.

O presente artigo tem como objetivo geral, mostrar que os alunos da educação infantil que são portadoras de autismo, podem e devem se adaptar ao meio social e escolar, promovendo a busca pela sociabilidade e independência.

Por fim, para ensinar de forma eficaz alunos autistas, o professor deve proporcionar uma organização do método de trabalho incluindo a sala de aula, da forma mais independente possível.

2 | REVISÃO DE LITERATURA

Nas décadas de 80 e 90, teve início a proposta de Inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, numa perspectiva inovadora em relação à proposta de integração da década de 70, cujos resultados não modificaram muito a realidade educacional de fracasso desses alunos (CALDEIRA, 2005).

A proposta de inclusão, propõe que os sistemas educacionais passem a ser responsáveis por criar condições de promover uma educação de qualidade para todos e fazer adequações que atendam às necessidades educacionais especiais dos alunos

com deficiência.

Sasaki (2003, p.9) explicita o paradigma da inclusão:

Esse paradigma é o da inclusão social - as escolas (tanto comuns como especial) precisam ser reestruturadas para acolherem todo espectro da diversidade humana representado pelo alunado em potencial, ou seja, pessoas com deficiências físicas, mentais, sensoriais ou múltiplas e com qualquer grau de severidade dessas deficiências, pessoas sem deficiências e pessoas com outras características atípicas.

O paradigma referido por Sasaki (2003) se refere ao sistema educacional adaptando-se às necessidades de seus alunos (escolas inclusivas), mais do que os alunos adaptando-se ao sistema educacional (escolas integradas).

No ensino regular existem muitas limitações sobre como atuar com a criança autista em função da precariedade dos sistemas, salas lotadas, ambiente físico desfavorável e falta de preparação do professor. Além disso, não há como incluir sem promover de fato as adaptações curriculares propostas pelo próprio Ministério de Educação e Cultura (GUADERER, 1997).

Para algumas instituições de ensino, o fato de receber o aluno especial e matriculá-lo representa uma forma de incluí-lo no meio educativo, quando de fato não é assim que pode ser denominada. Incluir ou não a criança autista na escola regular é uma decisão que merece muitos debates. Sendo que, tanto a decisão radical da segregação como das propostas inclusivas são preocupações para a escola. Assim sendo, a escola pode ser de fato um espaço de desenvolvimento da competência para crianças autistas, mas ainda é um grande desafio para os educadores.

A Educação Inclusiva se contrapõe à homogeneização de alunos, conforme critérios que não respeitam a diversidade humana. Cabe ressaltar que a deficiência é considerada como uma diferença que faz parte dessa diversidade e não pode ser negada, porque ela interfere na forma de ser, agir e sentir das pessoas.

Nesse sentido, a Educação Inclusiva visa reduzir todas as pressões que levam à exclusão e todas as desvalorizações, sejam elas relacionadas à capacidade, ao desempenho cognitivo, à raça, ao gênero, à classe social, à estrutura familiar, ao estilo de vida ou à sexualidade. Entretanto, será que as sociedades e os sistemas educacionais estão preparados para realizar essa Educação Inclusiva? Será que as sociedades e os sistemas educacionais modificaram suas concepções e atitudes no olhar dado aos alunos com necessidades educacionais especiais? Rodrigues; Spencer (2010), advertem que falar de Educação Inclusiva, sem pensar na realidade social de exclusão a que a maioria dos povos está condenada, representa uma ingenuidade intelectual. As estatísticas de desemprego, fome, analfabetismo e violência revelam um cenário internacional dominado pelas diferentes formas de exclusão social, onde *“realidades como estas, lamentablemente, no son excepción sino más bien regia de un mundo caracterizado por la globalización neoliberal, en el que hablar de diversidad es casi una paradoja”* (RODRIGUES; SPENCER, 2010, p. 75)

De acordo com Sasaki (2003, p. 83) Os sistemas de ensino receberam

orientações e informações para a organização dos serviços educacionais e do atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais - deficiência física. Os sistemas de ensino devem prover e promover mudanças em sua organização, a partir do projeto político pedagógico das escolas de modo que possam oferecer um atendimento educacional com qualidade a todas as crianças, eliminando barreiras atitudinais, físicas e de comunicação. As políticas educacionais devem estar voltadas para a eliminação de todas as formas de discriminação, de modo que os alunos possam participar plenamente das ações pedagógicas e sociais da escola, centradas nas diferentes formas de aprender e conviver.

Para a construção de um sistema educacional inclusivo e democrático, é necessária a efetivação de parcerias com organizações de apoio a pessoas com deficiência bem como com Instituições de Ensino Superior e a comunidade em geral.

Considera-se que a Educação Inclusiva é um dos caminhos possíveis para que países marcados por desigualdades sociais enfrentem problemas de exclusão social e educacional, por meio das mudanças sugeridas a partir da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. O respeito à diversidade é um dos pilares básicos da Educação Inclusiva que se converte em alternativa para que os sistemas educacionais rompam, definitivamente, com as diferentes formas de exclusão educacionais.

Alguns alunos com autismo têm outras deficiências associadas e se adaptam melhor às escolas especiais. Dependendo do comprometimento individual de cada um, somente uma equipe pedagógica e médica poderão avaliar cada caso.

No entanto, é preciso resgatar, que os médicos foram os primeiros que despertaram para a necessidade de escolarização e inserção social dessa clientela que se encontrava misturada nos hospitais psiquiátricos, sem distinção de idade, classe social, cor ou sexo, principalmente com caso de deficiência mental, abrindo-se espaço na construção de uma nova identidade para o paciente.

A questão da inclusão educacional dos alunos com autismo merece muitas reflexões. Arruda (2014) afirma que inclusão é uma questão ética que envolve valores fundamentais, pois a obsessão pela inclusão pode representar uma forma de tornar invisíveis as diferenças, e, portanto, um profundo desrespeito à criança e suas diferenças.

3 | MÉTODOS

Ficam algumas indagações acerca do autismo. Indagações estas que buscamos responder de forma conclusiva nesta pesquisa, como: O que é o autismo? Como é diagnosticada a síndrome do autismo? É uma doença psiquiátrica? É psicose? É de causa orgânica? Tem cura? Qual o tipo de intervenção mais adequada? Como a política pública tem abordado esta situação? Como a escola tem se preparado

para acolher estes alunos e atendê-los em suas particularidades? Como é a relação do professor com esta criança no ensino regular? Agregamos à nossa pesquisa, as experiências dos profissionais das áreas de ensino regular: o pedagogo, o professor o gestor especialista em educação especial atuantes na Rede de Ensino Regular. Esta diversidade de olhares é de suma importância para melhor compreensão sobre a criança com Transtorno Global do Desenvolvimento. O objetivo principal desta pesquisa é de conhecer/aprender como trabalhar na educação com crianças portadoras de necessidades especiais, em especial com o autista.

A metodologia usada para compreensão da teoria foi a pesquisa de campo com entrevista a profissionais da área de educação. Nesse estudo utilizamos a pesquisa qualitativa com foco no método descritivo analítico, uma vez que, seguindo as pistas de Gil (1991) essa abordagem visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis e que considera a pesquisa qualitativa como sendo uma atividade situada que localiza o observador no mundo.

Considera-se, também, que método descritivo analítico adequa-se a esta proposta porque envolvem o estudo e avaliação aprofundados de informações disponíveis na tentativa de explicar o contexto do fenômeno estudado.

Elegemos a técnica de observação e a entrevista com professores como técnica para coleta de dados, pois esta é válida enquanto instrumento científico de investigação por ser controlada e sistemática, implicando “a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador” (GIL, 1991, p. 25).

O estudo é um recorte de nossa pesquisa para realização do nosso trabalho de conclusão do curso de Pedagogia, em desenvolvimento, e os resultados parciais foram obtidos através da observação durante a experiência do estágio supervisionado, registradas em diário.

Nossas impressões iniciais revelam fortes indícios de que a inclusão tratada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, não se efetiva na escola. Do ponto de vista da análise recorreremos à análise de conteúdo respaldamo-nos ainda, nas ideias de Gil (1991) ao afirmar que a análise de conteúdo, além de realizar a interpretação após a coleta dos dados, desenvolve-se por meio de técnicas mais ou menos refinadas.

Dessa forma, a análise de conteúdo firma-se como uma das técnicas de análise de dados mais utilizadas nas pesquisas as próximas etapas consistirão em entrevistas com professore e gestores, como forma de análise sobre como esses atores/atrizes que estão ligados diretamente à escola, percebem a inclusão e, qual o papel que cada um/a desempenha para que esta se concretize de fato e, como colabora com a longevidade escolar do aluno autista (GIL, 1991).

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizou-se pesquisa na Escola Moacir Ferreira da Silva, localizada em Pedras, Eusébio, Ceará. Entrevista dirigida a três professoras que já trabalham com crianças autistas. Diante da pesquisa realizada, percebe-se que na escola Moacir Ferreira da Silva existe uma formação, um acompanhamento e os professores recebem uma pequena gratificação por cada turma que tem crianças especiais.

Conforme as entrevistas o resultado dos professores estão mencionados abaixo.

PROF^a.: JOSIMEIRE SOUSA DO NASCIMENTO (01)

TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO: 20 ANOS

1. Como é trabalhar com autista na sala de aula regular?

É um grande desafio, pois o professor deve estar sempre estudando, buscando metodologias diferenciadas para ajudar na aprendizagem desses alunos, sempre respeitando seus limites.

2. Como os outros alunos lidam com o aluno portador de necessidades especiais?

Como na maioria das escolas a inclusão é um tema muito abordado e trabalhado, os outros alunos lidam de uma forma natural, onde muitas vezes, até procuram ajudá-los.

3. Como ocorre a comunicação do autista para com os outros alunos e professores?

Essa comunicação é uma maneira muito particular, pois tem alguns casos de autistas que sua comunicação é bastante afetada e outras já preferem se comunicar de uma forma mais restrita, poucos amigos, poucas palavras. Tenho um aluno autista em sala de aula e sua comunicação era mínima no início do ano, com o passar dos dias, com muitas intervenções feitas por mim, hoje já temos uma boa comunicação.

4. Como a política pública tem abordado a formação do professor nesta área de inclusão?

A política pública vem trazendo capacitações continuadas, para que os profissionais da educação estejam preparados para atuar de forma positiva a inclusão na escola.

5. Houve adaptação no currículo para receber estes alunos com necessidades educacionais especiais? Em especial o autista?

Sim, pois todas as atividades devem ser adaptadas para que possa facilitar a aprendizagem desses alunos.

6. Qual a postura do gestor e do professor, no acolhimento destes alunos?

Deve ser a melhor possível, pois como se trata de inclusão, todos os alunos devem ter um acolhimento igual, claro que devemos ter um olhar diferenciado para as crianças autistas por ter sua rotina modificada e precisa de um tempo maior para

adaptação.

7. Como a escola tem se preparado para atendê-los em suas particularidades, sem deixar de lado o objetivo da educação regular?

Primeiro, a criança é inserida na sala regular junto com os demais alunos, tendo a mesma rotina que os demais com um diferenciado, as crianças são atendidas pela sala do AEE e suas atividades são preparadas para facilitar na aprendizagem de uma forma específica.

8. Como você professor vê a inclusão dos alunos portadores de necessidades na sua sala de aula?

Vejo que a educação teve um grande avanço com o passar dos anos, pois essas crianças que antes eram excluídas e esquecidas pela sociedade e até pelos educadores, hoje já tem uma política pública toda voltada e preparada para elas. Dessa maneira a inclusão faz parte ativamente nas escolas. Se tratando da minha sala de aula, tenho dois alunos especiais, onde os mesmos são tratados da mesma forma que os outros, porém estou sempre com atividades diversificadas e fazendo intervenções individuais.

PROF^a.: MARLUCY FERREIRA PRAXEDES (02)

TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO: 20 ANOS

1. Como ocorre a comunicação do autista para com os outros alunos e professores?

A comunicação é clara e objetiva.

2. Como a política pública tem abordado a formação do professor nesta área de inclusão?

Para professor titular está a desejar. Para o profissional de apoio que está juntamente com o aluno, é bem amparado, pois eles possuem formação continuada.

3. Houve adaptação no currículo para receber estes alunos com necessidades educacionais especiais? Em especial o autista?

Para o docente uma mera conversa informal com a profissional do AEE.

4. Qual a postura do gestor e do professor, no acolhimento destes alunos?

O acolhimento é igual aos demais pois não podemos fazer distinções.

5. Como a escola tem se preparado para atendê-los em suas particularidades, sem deixar de lado o objetivo da educação regular?

As crianças portadoras de alguma deficiência possuem atendimento uma vez na semana com a psicopedagoga. Na semana, tem atividades regulares e em alguns casos uma atividade diferenciada, mas desde de que o docente não se sinta diferente dos demais.

6. Como você professor vê a inclusão dos alunos portadores de necessidades na sua sala de aula?

Na maioria dos casos vejo de forma positiva e alguns casos negativa,

principalmente quando aquela criança tem apenas o acompanhamento da escola.

7. Como é trabalhar com autista na sala de aula regular?

No início é complicado pois, até acontecer a adaptação com a turma e a professora é tudo muito difícil.

8. Como os outros alunos lidam com o aluno portador de necessidades especiais?

Eles tratam de forma igual, pois primeiramente há um diálogo sobre as crianças especiais e por isso, nunca houve problemas na sala, todos aceitam.

PROF^a.: EUFRASIA BRANDÃO DE ALMEIDA (03)

TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO: 21 ANOS

1. Como ocorre a comunicação do autista para com os outros alunos e professores?

Pela minha vivência em sala de aula fica difícil, porque temos que esperar pela sua vontade de querer fazer as atividades seja escrita ou oral. E temos uma sala inteira para trabalhar, mas devemos respeitar pela sua necessidade especial. Mas é uma experiência gratificante e honrosa.

2. Como a política pública tem abordado a formação do professor nesta área de inclusão?

Respeitam, inclusive até ajudam.

3. Houve adaptação no currículo para receber estes alunos com necessidades educacionais especiais? Em especial o autista?

Ele brinca, se comunica, mas no seu tempo, quando ele quer, as vezes tá de bom humor, de repente fica de mau humor.

4. Qual a postura do gestor e do professor, no acolhimento destes alunos?

Há várias capacitações e planejamentos a respeito desse assunto. Só não concordo com a cobrança, porque não temos só o autista em sala, temos várias crianças de níveis de aprendizados diferentes e culturas, precisamos dar conta de todos.

5. Como a escola tem se preparado para atendê-los em suas particularidades, sem deixar de lado o objetivo da educação regular?

O município se preocupa muito em receber e trabalhar com a inclusão desses alunos com necessidades especiais.

6. Como você professor vê a inclusão dos alunos portadores de necessidades na sua sala de aula?

Receber, respeitar, preparar a escola, funcionários, professores, etc. Adequar tudo para esses alunos se sintem bem acolhidos e amados.

7. Como é trabalhar com autista na sala de aula regular?

Muito bom. A escola tem trabalhado com bastante carinho, atenção, respeito e comprometimento para que esses alunos se sintam acolhidos e que sejam bem

preparados psicologicamente.

8. Como os outros alunos lidam com o aluno portador de necessidades especiais?

Vejo como uma oportunidade do aluno crescer, se libertar, interagir, se encontrar e de aprender. Gostaria de ter mais tempo e menos alunos em sala de aula para melhor atender e trabalhar com esses alunos com necessidades especiais, me faz crescer profissionalmente e pessoalmente.

De forma geral, percebe-se com as entrevistas que a inclusão como resultado de um ensino de qualidade para todos os alunos, provoca e exige das escolas, novos posicionamentos a respeito da conduta da escola, exigindo qualificação e formação adequada, por parte do corpo docente e técnico- administrativo afim de que seja capaz de receber e integrar o aluno autista.

A problemática de se conseguir adequar os alunos autistas à diversidade dos conteúdos também está relacionada ao fato da escola regular assumir junto a sociedade, sua imagem de escola inclusiva, comprometida com o ensino e aprendizagem, buscando trabalhar dentro de uma integração.

A escola quando recebe a todos, passa a ter metas e responsabilidades a serem alcançadas, devendo manter um quadro funcional qualificado e comprometido com a educação de forma geral, a fim de proporcionar ao aluno autista sempre que necessário um acompanhamento paralelo. Este acompanhamento deve acontecer com o objetivo de dar suporte aos conteúdos não assimilados pelos alunos, haja vista suas dificuldades de relacionamento que interferem na aprendizagem, visando sempre o nível de possibilidade de desenvolvimento de cada um, e explorando assim suas possibilidades por meio de atividades, sejam elas abertas ou medindo seus interesses. Existem muitas teorias sobre a forma de trabalhar a criança autista em termos educacionais. Dependendo da capacidade do Pedagogo e da criança alvo, alguns dão ênfase aos desejos e inclinações naturais da criança, enquanto outros procuram criar respostas comportamentais condicionadas por reforços positivos ou negativos.

5 | CONCLUSÃO

Um aspecto essencial e relevante considerado é a discussão em torno do melhor tratamento, uma vez que sabemos que o autismo não tem cura. No entanto, existem técnicas e procedimentos que visam trazer uma melhora no quadro do autismo e dar a esse indivíduo qualidade de vida dentro do que é possível.

Portanto, para uma compreensão sobre o autismo nesta fase de transição que retira o deficiente do atendimento especial para a escola comum, analisamos a literatura da psiquiatria infantil, os direitos legais dos deficientes, acrescentando a formação do professor e a valorização deste profissional levando em conta seu ponto de vista.

Alguns autores afirmam que o planejamento do tratamento deve ser estruturado

de acordo com as etapas de vida do paciente. Portanto, com crianças pequenas, a prioridade deveria ser terapia da fala, da interação social/linguagem, educação especial e suporte familiar. Contudo os professores/pedagogos e estagiários devem ter paciência, devendo aceitar e reconhecer que o autista é lento em responder. No processo de aprendizagem faz-se necessário o contato da equipe escolar com uma equipe multidisciplinar com Psicólogo, Fonoaudiólogo, Neuropediatras para um desenvolvimento global do educando autista.

É de competência dos professores e dos órgãos responsáveis pela educação a busca e a oferta por cursos de formação continuada em serviços. Como o objetivo da escola é elevar o grau de sucesso dos alunos, daí a necessidade de redução do número de alunos nas salas de aulas que tem alunos com necessidade especial. A escola deve buscar ajuda dos órgãos competentes para que haja um acompanhamento melhor por profissionais especializados a esses alunos, pois percebemos que não apenas o aluno especial, mas os demais, têm perdido aprendizagem devido à grande conturbação que há na sala de aula.

A educação inclusiva deve estabelecer e contemplar as múltiplas necessidades de todos, alunos que têm dificuldades temporárias ou permanentes, que repetem o ano, sofrem exploração sexual, violação física ou emocional, são obrigadas a trabalhar, moram na rua ou longe da escola, vivem em extrema condição de pobreza, são desnutridas, vítimas de guerras ou conflitos armados, têm altas habilidades (superdotadas) e as que, por qualquer motivo, estão fora da escola (em atendimento hospitalar, por exemplo). Sem esquecer-se daquelas que, mesmo na escola, são excluídas por cor, religião, peso, altura, aparência, modo de falar, vestir ou pensar. Tudo isso contribui para que o estudante tenha seus direitos de crescer, brincar e aprender. Portanto, todas as escolas devem repensar seus atos de ensinar e transmitir conhecimentos e aprendizagens com qualidades para todos.

Em suma, faz-se necessária a compreensão e o conhecimento do comportamento autista para traçar objetivo e estimular a aprendizagem. Portanto, é importante que se produzam propostas eficientes no processo da escola comum, que alcancem de forma prática e eficiente o fazer pedagógico, sabendo que deficiências físicas e mentais sempre fizeram parte deste mundo decaído. Cuidar de pessoas com necessidades especiais nos ensina lições que jamais poderiam ser aprendidas de outra maneira.

AGRADECIMENTOS

Aos que travam suas lutas solitárias e solidárias. Aos profissionais lotados na Secretaria da Educação Básica – SEDUC pela parceria na construção deste estudo.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. A. **Cartilha da inclusão escolar**: inclusão baseada em evidências

científicas. 2014. Disponível em: <<http://www.aprendercrianca.com.br/cartilha-da-inclusao/199-educacao-inclusiva/385-cartilha-da-inclusao-3>>. Acesso em: 13/08/2018.

CALDEIRA, Pedro. **Abordagens à problemática do Autismo-Characterização e Intervenção**. Jornadas de Formação Caldas da Rainha, Junho 2005.

CURY, Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira: católicos e liberais**. 4ª ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, Atlas, 1999.

GAUDERER, Christian. **Autismo e outros atrasos do desenvolvimento: Guia prático para os pais e profissionais**. Rio de Janeiro Ed. Revinter, 1997.

KANNER, Léo. **Os Distúrbios Autísticos do Contato Afetivo**. Tradução M. Rosenberg. São Paulo, Editora Escuta, 1944.

RODRIGUES, J. M. C.; SPENCER, E. **A criança autista: um estudo psicopedagógico**. Rio de Janeiro: Wak, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazuma. **Vida independente**. São Paulo: Cortez, 2003.

SILVA, Otto Marques. **A Epopeia Ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje**. São Paulo: Ed. CEDAS, 1986.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autismo 100, 101, 102, 104, 109, 111

B

Bolsa Família 8, 184, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213

C

Classe Social 47, 103, 104, 172

Comunidade Quilombola 8, 189, 190, 191

Consequências Psíquicas 7, 120, 122, 124, 129

Criança 6, 13, 17, 18, 24, 26, 27, 30, 34, 38, 39, 52, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 70, 72, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 109, 111, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 157, 158, 160, 163, 164, 222

D

Desamparo 8, 128, 156, 158, 164

Desigualdade 1, 44, 45, 171, 192, 202, 217, 218, 222, 225

Direitos 6, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 50, 51, 52, 53, 54, 56, 61, 62, 63, 93, 97, 109, 110, 144, 149, 154, 158, 164, 165, 170, 175, 177, 183, 184, 185, 187, 189, 190, 191, 206, 207, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 226, 231

E

Educação Especial 5, 7, 64, 100, 101, 105, 109

Enfermagem 5, 7, 119, 120, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 158, 175, 188

Enfrentamentos 2, 5, 8, 25, 50, 165

Ensino Superior 104, 114, 120, 128, 199

Escola 5, 7, 1, 2, 3, 4, 12, 13, 18, 40, 65, 71, 77, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 129, 133, 141, 142, 155, 177, 181, 199, 202, 231

Espaço de Acolhimento 8, 143, 146, 149, 151

Exclusão Social 8, 45, 103, 104, 189, 190

L

Liberdade 9, 24, 25, 27, 30, 33, 34, 39, 43, 114, 156, 158, 182, 199, 203, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 222, 225

Luto 7, 120, 124, 129, 130

M

Medidas Socioeducativas 6, 23, 24, 27, 30, 31, 34, 37, 38

Mulher 8, 160, 205, 206, 209, 210, 212, 213, 215, 218, 220, 221, 222, 224, 226

P

Pessoa Idosa 179, 183

Política de Assistência 5, 6, 40, 41, 42, 43, 47, 48, 49, 207, 212

Prática Esportiva 5, 227

Processos Educacionais 7, 87, 88

Psicologia 5, 6, 7, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 11, 16, 21, 22, 23, 24, 33, 34, 38, 39, 52, 61, 63, 68, 69, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 112, 115, 116, 117, 119, 130, 132, 133, 134, 135, 136, 143, 154, 155, 157, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 189, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 198, 200, 202, 203, 227, 228, 230

Psicologia Educacional 5, 7, 76, 78, 87

Psicopedagogia 5, 6, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 72, 73, 74, 75

S

Saúde Mental 5, 7, 11, 12, 13, 18, 47, 50, 70, 91, 132, 133, 135, 136, 137, 142

Sistema Regular de Ensino 7, 100, 101, 104

Situação de Rua 8, 43, 146, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

Sociedade 2, 5, 3, 4, 6, 7, 16, 26, 27, 33, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 51, 61, 70, 81, 88, 92, 93, 94, 102, 107, 109, 113, 154, 155, 168, 170, 171, 175, 177, 178, 183, 188, 190, 191, 192, 201, 202, 206, 209, 213, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Sociologia 68, 203

Sono 7, 58, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119

Subjetividade 6, 8, 6, 7, 9, 10, 11, 20, 62, 84, 139, 154, 159, 167, 172, 189, 192, 204, 226

T

Transição Escolar 7, 91, 92, 95, 97, 98

V

Violência 5, 6, 14, 16, 24, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 63, 92, 103, 120, 122, 129, 146, 178, 179, 180, 183, 193, 195, 196, 202, 203, 219, 225

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-565-5

